

Para acelerar a cooperação

Mocambique e Portugal intensificam contactos

N. 25/1/88

Os Governos de Moçambique e de Portugal estão envolvidos em intensos contactos desde a semana passada, com a deslocação a Lisboa de delegações ministeriais do nosso País e com a chegada prevista para hoje de uma missão militar portuguesa, para uma visita de trabalho relacionada com o reforço da cooperação militar bilateral.

A visita da missão militar portuguesa ao nosso País realiza-se no contexto da cooperação existente entre os dois Estados e na perspectiva do relacionamento entre as Forças Armadas dos dois países, segundo noticiou ontem a AIM.

Esta visita representa a aplicação das decisões tomadas durante o histórico IV Congresso do Partido Frelimo sobre o aprofundamento e estreitamento das relações diplomáticas, económicas e noutras áreas com os países com quem Moçambique tem laços de cooperação.

Por outro lado, prevê-se que o Primeiro-Ministro, Mário Machungo, se desloque em visita oficial a Portugal na primeira quinzena de Fevereiro próximo e a sua deslocação àquele país europeu foi tema dos contactos que o Ministro das Finanças, Magid Osman, desenvolveu em Lisboa na semana passada.

Na véspera do regresso a Maputo do Ministro das Finanças, na última sexta-feira, chegaram à capital por-

tuguesa o Governador do Banco de Moçambique, Eneas Comiche e o Vice-Ministro da Educação, Adelino Muianga.

Em Lisboa, o titular da pasta das Finanças foi recebido pelo Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, e conferenciou igualmente com o seu homólogo português, Miguel Cadilhe.

Com os dois dirigentes, e ainda com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso, o Ministro Magid Osman, discutiu pormenores da visita a Portugal, do Primeiro-Ministro Mário Machungo, prevista para entre 3 e 5 de Fevereiro.

Outro assunto que o Ministro Osman referiu como tendo estado «sempre na agenda» destes encontros, refere-se à conclusão do processo da renegociação da dívida externa moçambicana a Portugal, continuamente protelada desde há dois anos.

Aliás, este mesmo assunto foi visto detalhadamente no encontro do Governador do Banco de Moçambique, Eneas Comiche, com o Secretário de Estado português do Tesouro, Carvalho Fernandes.

Sem adiantar quaisquer detalhes concretos, sobre o ponto da situação da conclusão do processo da renegociação da dívida a Portugal, que se arrasta desde 1986, o Ministro Magid Osman deixou transparecer, contudo, a urgência com que Moçambique pretende ver terminado o processo, ao

afirmar que o problema da dívida externa moçambicana a Portugal tem continuado sempre nas agendas dos contactos entre as duas partes.

Contudo, salientou o Ministro Osman, o assunto de fundo tratado nestes contactos, particularmente na audiência com o Primeiro-Ministro Cavaco Silva, diz respeito aos preparativos da visita do Primeiro-Ministro Mário Machungo, que se espera venha a contribuir para impulsionar as relações bilaterais, com maior participação portuguesa nos diferentes projectos consignados no Programa de Reabilitação Económica (PRE) em curso no País.

Por seu lado, o Vice-Ministro da Educação, Adelino Muianga, encontrou-se, quinta e sexta-feira, com o Ministro português da Educação, Roberto Carneiro e com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Durão Barroso.

Segundo disse à AIM em Lisboa, estes encontros serviram, essencialmente, para avaliar a situação dos bolseiros moçambicanos em Portugal, com vista à procura conjunta de meios para lhes melhorar as condições de vida e de estudo.

De Lisboa, o Governador do Banco de Moçambique partiu para Genebra e o Vice-Ministro da Educação para Paris, onde irá representar Moçambique numa reunião de doadores do Banco Mundial para a área de Educação.

Esta reunião, a decorrer esta semana, deverá debruçar-se sobre os critérios a serem aplicados pelos doadores da área de Educação, especificamente para os países africanos ao sul do Sahara.

Os debates basear-se-ão num documento de estudo elaborado pelos doadores, e a partir do qual os treze países africanos convidados, na qualidade de «mais representativos», incluindo Moçambique, defenderão as suas opções, e, segundo o Vice-Ministro, Moçambique procurará vincar a posição de que, ao contrário do espírito daquele documento, a redução de despesas do Estado não pode limitar o desenvolvimento da Educação.

— Com outros países africanos, procuraremos deixar claro que a diminuição de despesas públicas não pode, nos nossos países, entrar em conflito com a necessidade do desenvolvimento dos próprios sistemas educativos, considerando-os como factores-chave para o próprio desenvolvimento geral dos nossos países — salientou Adelino Muianga.